



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTE SE ACOMPANHANTES)**, para atender as necessidades de pacientes do Município de Nova Friburgo com necessidades especiais (PPDs) pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. REQUISITANTE: HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ – CENTRO AMBULATORIO.

1.3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico, via Registro de Preços nos termos da Lei 10520/02, Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93.

1.4. PERÍODO: 12 Meses a contar da assinatura do instrumento contratual.

1.5. TIPO: Menor Preço Unitário, nos termos da Lei 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. O quantitativo a seguir foi baseado na requisição da Unidade de Saúde que será contemplada com o objeto do

presente processo.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QUANT
		Contratação de Empresa Especializada em Transporte de Pacientes da Rede Municipal de Saúde		
01	25089	04 (quatro) Veículos de passeio, como referência Fiat Dobló: Características com capacidade de 07 lugares, com motorista qualificado para o serviço, seguro para passageiros, adaptado para 1 cadeirante, com ar condicionado, cinto de segurança para os passageiros e para o cadeirante, veículo com combustível. O veículo ainda deverá constar plotagem contendo a logo do Município escrito "Secretaria Municipal de Saúde", bem como de forma avantajada a palavra "CONDUZ Direito à Acessibilidade", ambos nas laterais e traseira do veículo, bem como conter o símbolo de cadeirante.	Km	150.000

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, bem como contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. O serviço se justifica devido ao fato da Secretaria Municipal de Saúde não possuir na sua frota veículos que atendam a demanda pretendida.

3.3. A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de passageiros, nas condições e especificações contidas neste Termo de Referência,



representa economia, segurança e rapidez na prestação do serviço.

3.4. Os elementos técnicos descritos neste Termo de Referência são os mínimos necessários para assegurar que a contratação se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e, ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

3.5. A opção pelo Sistema de Registro de Preço – SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.

3.6. A Contratação em tela visa melhor atendimento ao usuário da Rede Municipal de Saúde, tendo como principal objetivo transportar com eficiência e segurança os pacientes do SUS com necessidades especiais (PPDs).

3.7. Tal contratação irá suprir a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

4. DO TIPO DE VEICULO E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

4.1. 04 (quatro) Veículos de passeio, como referência Fiat Dobló, com ar condicionado, capacidade de 07 (sete) lugares para passageiros, com até **5 (cinco) anos** de fabricação, cinto de segurança em todos os assentos, bancos reclináveis, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros, combustível.

5. DA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS



5.1. Todos os veículos deverão ser identificados com a marca e logotipo da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo e da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, verificadas as normas vigentes para tal, sendo os custos de responsabilidade da CONTRATADA.

6. DAS DATAS, HORÁRIOS, ITINERÁRIOS, LOCAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

6.1. O local de embarque para ida e desembarque para retorno, horários, endereços, nomes e telefone de passageiros, serão especificados e definidos pelo CONTRATANTE.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Não poderão participar do referido procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

7.2. **As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei nº11.101/2005).**

7.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

7.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou



instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8. **DOS CRITÉRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE**

8.1. A prestação de serviços compreenderá o transporte de passageiros, sendo o itinerário compreendido as instituições dentro do Município de Nova Friburgo, como APAE, AFAPE entre outras, especificado na requisição (Anexo I) com o destino pré-determinado pela Central de Ambulância do Município de Nova Friburgo, para desembarque.

8.2. A empresa CONTRATADA deverá indicar telefone que possa ser acionado 24 horas para solução de eventuais problemas relativos ao contrato.

8.3. Os veículos que transportarão os passageiros devem possuir obrigatoriamente seguro de passageiros.

8.4. Os veículos deverão estar em bom estado de conservação e suas manutenções periódicas em dia, devendo a CONTRATADA, enviar relatório das manutenções corretivas e preventivas.

8.5. A empresa deverá manter a limpeza interna e externa dos veículos.

8.6. A empresa deverá assegurar socorro imediato ou substituição do veículo em caso de acidente ou defeitos de qualquer natureza.

8.7. Os motoristas deverão possuir habilitação pertinente aos veículos que estarão conduzindo e ter bons antecedentes.

8.8. Os motoristas deverão possuir curso de direção defensiva.

8.9. Os veículos deverão possuir rastreador, com tecnologia GPRS/GSM (via satélite), para monitoramento da localização e velocidade dos veículos, controle das rotas percorridas (Km



rodado de cada viagem) e fornecimento de informações mais detalhadas.

8.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a CONTRATANTE ao sistema de rastreamento 24h/dia.

8.11. Os veículos deverão estar registrados, junto ao DETRAN/RJ, em nome da empresa CONTRATADA.

8.12. Os veículos deverão ser equipados com Tacógrafo (Registrador Instantâneo Inalterável de Velocidade e Tempo), conforme RESOLUÇÃO Nº 14/98.

9. DOS VEÍCULOS

9.1. Comprovação de disponibilidade da totalidade dos veículos do efetivo solicitado, por cópia do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), em nome da empresa licitante;

9.2. Certificado do Cronotacógrafo emitido pelo INMETRO, de todos os veículos do efetivo solicitado, na forma do art. 105 do C.T.B. (Lei 9.503/97 e Resolução CONATRAM 92 de 1999);

9.3. Cópia(s) da(s) Apólice(s) de Seguro(s) Obrigatório de Danos Pessoais, contra terceiros, passageiros ou não; de pelo menos R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e seguro de acidente pessoal de passageiros de pelo menos R\$ 30.000,00 (trinta mil UFIR) com Apólices em vigência.

9.4. Login e senha dos rastreadores dos veículos, para acompanhamento em tempo real por parte da Secretaria Municipal de Saúde.

10. DOS CONDUTORES

10.1. Cópia de habilitação dos motoristas exigida para transporte de passageiros, que irão prestar serviços, categoria "D" ou superior;

10.2. Cópia de Carteira expedida pelo SENAT (Secretaria Nacional de Aprendizagem do Transporte), atualizada, estando apto como condutor de veículo para transporte de passageiros;

10.3. Apresentação de Certidão de Prontuário junto ao DETRAN;



- 10.4. Apresentação da certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização;
- 10.5. Documentos dos motoristas contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço. Lei 8666/93 art. 78 inciso VI.

11. DOS PREÇOS

- 11.1. Os preços apresentados (Km rodado) deverão incluir todos os custos diretos, indiretos, seus imprevistos, lucros, ônus fiscais e despesas com impostos, taxas, encargos sociais, seguros etc.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. A despesa decorrente deste objeto correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa arrolada abaixo:

12.1.1 Fonte de Recurso: 007/013/023;

12.1.2. Elemento de Despesa: 33.90.39.63;

12.1.3. Programas de Trabalho:

Hospital Municipal Raul Sertã-30001.10.302.0085.2.202;

- 12.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde de Nova Friburgo - CNPJ 11.399.442/0001-79**

Endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 - Centro/NF- CEP 28613-000.

13. DA LIQUIDAÇÃO



13.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

14.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

14.1.2. Fazenda Federal - abrange as contribuições sociais;

14.1.3 FGTS;

14.1.4. PGE - referente à Dívida Ativa Estadual;

14.1.5. Municipal - referente ao ISS e Dívida Ativa;

14.1.6. Estadual CND - referente ao ICMS.

14.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

14.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15. DA FISCALIZAÇÃO



15.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

15.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

HIGOR DE BARROS PINTO- Mat. 062.871 - Gestor Titular

CERES LOURENÇO TEIXEIRA Mat. 062.195- Gestora Substituta.

Hospital Municipal Raul Sertã - Central de Ambulância:

Antônio Carlos Sant' Ana - Mat. 207.630 - Superior Imediato

**Paulo Cezar Pacheco de Medeiros Junior - Mat. 062.341-
FISCAL TITULAR;**

Renan Muzi da Costa - Matrícula: 115.279- FISCAL SUBSTITUTO.

15.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



15.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabem à CONTRATADA, além das obrigações constantes das Condições da Prestação de Serviços e daquelas estabelecidas em lei, sobre licitações:

16.1.1. Executar o serviço objeto deste contrato em estrito acordo com as disposições do Termo de Referência e discriminação da proposta;

16.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao órgão ou entidade contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

16.1.3. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial do Contrato firmado com a Contratante, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

16.1.4. Designar preposto para atender aos chamados e exigências da Contratante;



16.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

16.1.6. Disponibilizar os veículos de acordo com os prazos descritos em seguida: prazo de 05 (cinco) dias para o início da prestação dos serviços, a contar da data de assinatura do Instrumento Contratual. Esse prazo poderá ser estendido, caso haja uma justificativa formal e esta seja aceita pela CONTRATANTE.

16.1.7. Comunicar à CONTRATANTE, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços;

16.1.8. Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário;

16.1.9. Arcar com as despesas relativas à troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos e lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato.

16.1.10. Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene, enviando mensalmente relatório contendo as devidas manutenções;

16.1.11. Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abalroamento, reparos mecânicos, má conservação, sem condições de segurança, higiene ou limpeza.

16.1.12. A CONTRATANTE poderá inspecionar regularmente os veículos e, se constatar alguma irregularidade, notificará a CONTRATADA;

16.1.13. Substituição do veículo, avariado,



danificado ou que apresente defeito, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, a partir do recebimento da notificação;

16.1.14. Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que irão prestar os serviços, encaminhando a CONTRATANTE os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima de 1 (um) ano na função e com curso de direção defensiva;

16.1.15. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com os usuários, bem como com os servidores da CONTRATANTE, observando o controle do regimento do trabalho e descanso dos motoristas, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;

16.1.16 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

16.1.17. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

16.1.18. Providenciar treinamento e reciclagens necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;

16.1.19. Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da viagem;

16.1.20. Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetidos previamente à aprovação da CONTRATANTE. Os custos de qualquer um desses itens de uniforme e equipamentos não poderão ser repassados aos seus empregados;



16.1.21. Fornecer vale refeição ou diária a seus empregados - observado o princípio da razoabilidade para esse benefício, de acordo com a legislação trabalhista vigente;

16.1.22. Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço;

16.1.23. Atender, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

16.1.24. Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros;

16.1.25. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;

16.1.26. Disponibilizar veículos e empregados em quantidade necessária para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

16.1.27. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação;

16.1.28. Manter a apólice do seguro de passageiros vigente;

16.1.29. Manter os veículos cobertos por seguros legalmente obrigatórios;

16.1.30. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à CONTRATANTE, através do responsável ou diretamente quaisquer fatos ou



anormalidade que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;

16.1.31. Apresentar à CONTRATANTE, quando exigido comprovante de pagamento de salários, apólices de seguros contra acidente de trabalho e de passageiros, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da CONTRATANTE, por força deste contrato.

17. **DA FORMA DE EXECUÇÃO**

17.1. A execução do objeto será direta, por preço unitário (Km) .

18. **A CONTRATADA FICARÁ SUJEITA AS SEGUINTE CONDICOES**

18.1. Executar os serviços de acordo com este Termo de Referência.

18.2. Reserva-se o CONTRATANTE o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

18.3. Obedecer rigorosamente às datas e os horários estabelecidos para as viagens programadas pelo TFD, pela Coordenação de Saúde Auditiva e pelo Programa Melhor em Casa da Secretaria Municipal de Saúde.

19. **DAS OBRIGACOES DA CONTRATANTE**

19.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:



19.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato.

19.1.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

19.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

19.1.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

19.1.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;

19.1.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

19.1.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

20. **CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1. Iniciar a execução do serviço licitado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;



- 20.2. Ressarcir o eventual prejuízo causado ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 20.3. Executar serviços obedecendo rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 20.4. Apresentar trimestralmente as planilhas de manutenção preventiva e corretiva do veículo;
- 20.5. Apresentação de apólice de contratação de seguro de passageiros no ato da assinatura do contrato;
- 20.6. Apresentação da documentação dos motoristas, incluindo carteira de habilitação e certificado do curso de direção defensiva, ao assinar o contrato.

21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 21.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceita/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 21.1.2. Apresentar documentação falsa;
 - 21.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 21.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 21.1.5. Não mantiver a proposta;
 - 21.1.6. Cometer fraude fiscal;



21.1.7. Comportar-se de modo inidôneo

21.1.8. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME e EPP, ou conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.2. O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.2.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.1.2. impedimento de licitar e de contratar com o município e descredenciamento pelo prazo de até 5 anos;

22.1.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

22.1.4. Aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se- a em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

22.1.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.1.6. As sanções estabelecidas no presente termo ficarão a critério do ordenador de despesa ou gestores responsáveis pelo acompanhamento das obrigações da contratada.

22.1.7. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas do edital.

22. **DA RESCISÃO**

22.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova



Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

22.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

22.3. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem Justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

22.4. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

22.5. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo-RJ, 25 de fevereiro de 2022.

Termo de referência elaborado por:

HIGOR DE BARROS PINTO

Gestão de Processos

Mat: 062.871

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 7º, §2º, inciso I da lei federal nº 8666/93, bem como autorizo

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

NICOLE LESSA RIBEIRO CIPRIANO

Secretária Municipal de Saúde

Mat: 106.137